



RELATÓRIO E CONTAS

DO ANO DE 2012

	Pág.
RELATÓRIO	3 a 18
MAPAS OBRIGATÓRIOS	19
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.....	20
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	21
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	22
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2011 E 2012.....	23
ANEXO.....	24 a 38
MAPAS COMPLEMENTARES	39
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2012	40 e 41
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2012.....	42
CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2012.....	43 e 44
CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	45 a 47
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	48 e 49

RELATÓRIO

Venerandos Sócios

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado trazemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2012.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório pretende ser um documento de análise e de avaliação da execução global da Atividade e Orçamento de 2012 do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE

1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE NO TRIÊNIO

	Sócios Existentes	%
2012	51.163	-1,56
2011	51.975	-0,91
2010	52.453	-0,93

Quadro I

Como se pode verificar pelo quadro I, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios, uma vez que o número de novas admissões não foi suficiente para equilibrar o número de sócios falecidos e eliminados.

Sócios	2010	2011	2012	%2010/2012
Admitidos	1.038	862	701	-32,47
Readmitidos	13	27	23	76,92
Total	1.051	889	724	-31,11
Por incumprimento a)	385	209	171	-55,58
A pedido do sócio b)	351	396	485	38,18
Nos termos do Artº 14º.c)	84	78	39	-53,57
Total Eliminados	820	683	695	-15,24
Falecidos	722	684	841	16,48
Total Eliminados + Falecidos	1.542	1.367	1.536	-0,39
Existentes	52.453	51.975	51.163	

Quadro II

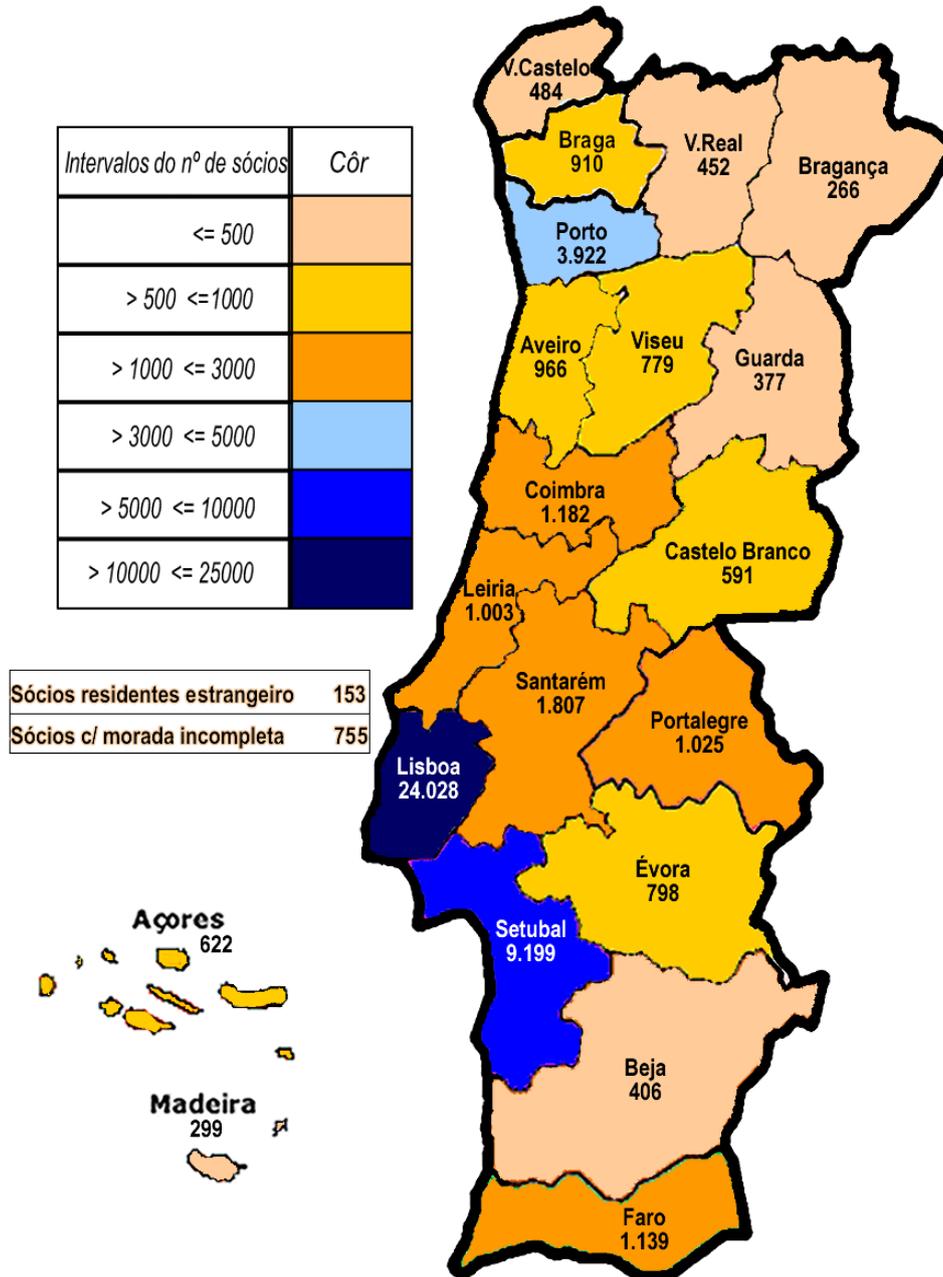
- a) Conseguiu-se alterar a tendência que vinha de anos anteriores;
- b) Ainda não conseguimos inverter a situação;
- c) O número de eliminados nos termos do Art.º 14º diminuiu, pois foi feita uma alteração estatutária no sentido dos sócios só poderem transformar o valor de 50% das quotas pagas em renda vitalícia.



Gráfico 1

1.1. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS

A distribuição geográfica dos sócios pelo País corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal que ultrapassam em cerca de dezoito mil o número de sócios dos restantes distritos.



Mapa 1

1.2. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias apresenta-se conforme o gráfico 2, podendo observar-se o peso percentual também no Quadro III:



Gráfico 2

Idades	2011		2012	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
19 a 40 anos	6.019	11,58	5.322	10,40
41 a 60 anos	24.907	47,92	24.055	47,02
61 a 80 anos	16.601	31,94	17.225	33,67
> 80 anos	4.448	8,56	4.561	8,91
Total	51.975	100,00	51.163	100,00

Quadro III

Na distribuição dos associados por faixas etárias, destaca-se a seguinte percentagem: 10,40% dos sócios inscritos – 5.322 - têm idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos. Trata-se de um número baixo, ter-se-á de trabalhar mais e melhor para inverter este valor e preparar o futuro do Cofre para a próxima década.

COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS

O Conselho de Administração continuou a apostar na diversificação e intensificação da comunicação para os sócios. Para além dos meios tradicionais, a instituição utiliza para além da revista “O Cofre” de publicação trimestral, a internet, o e-mail e o sítio.

Ainda no domínio da comunicação, projetamos para o ano de 2013 a renovação de toda a comunicação – via telefone e internet – já estando concluída no ano em curso.

Com esta renovação é possível o atendimento ao sócio e o pagamento em todo o espaço Cofre.

2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

2.1. REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2012 foram processados 502 pedidos de reembolsos de vencimentos perdidos por doença. Este número correspondeu ao montante de 83.350,48€.

Comparativamente com o ano de 2011 onde o montante atribuído foi de 103.552,36€, significando uma diminuição de 20.201,88€ (-19,51%), relativamente ao aludido ano de 2012.

2.2. FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS

PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 59 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos, o total do financiamento efetuado foi de 3.819.277,85€, ou seja mais 187.342,85€ (+5,16%).

Para o ano de 2013 transitaram 20 processos, no montante de 1.858.550,00€.

	Nº Pedidos
Saldo Ano 2012	60
Pedidos cancelados e indeferidos	18
Pedidos ano 2012	37
Escrituras realizadas	59
Saldo Ano 2013	20

Quadro IV

2.3. ABONOS REEMBOLSÁVEIS

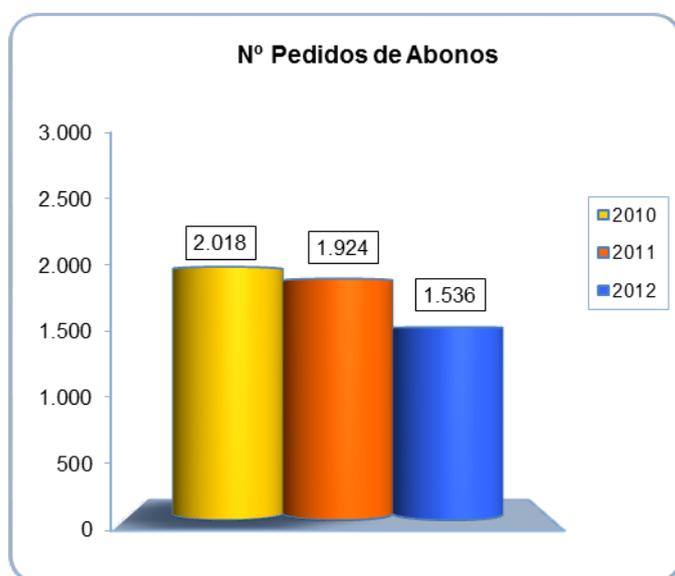


Gráfico 3

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2010	2.018	6.748.260€
2011	1.924	6.195.948€
2012	1.536	6.068.799€

Quadro V

No financiamento em causa, atenderam-se 1.536 pedidos correspondendo a um financiamento no total de 6.068.799€.

Como podemos observar no gráfico 3., o número de pedidos atendidos e o valor concedido diminuíram respetivamente, em 20,17%, 127.149€ (-2,05%) em relação ao ano de 2011.

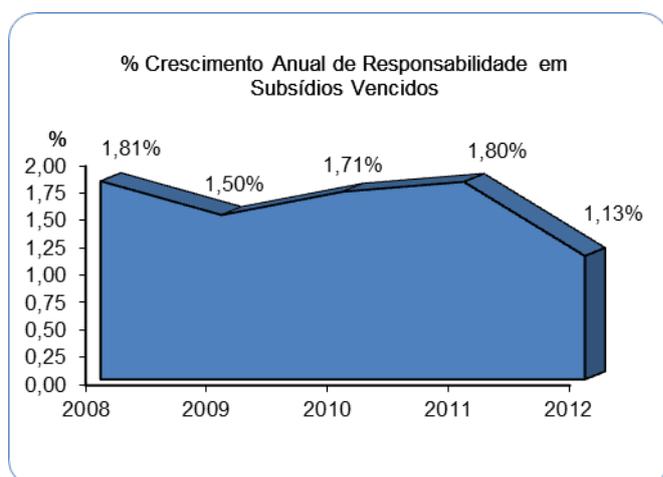
A diminuição do seu número dever-se-á fundamentalmente a duas causas: ao aumento do valor de concessão para 5.000€ e a um controlo mais rigoroso na análise para a sua atribuição.

2.4. SUBSÍDIOS POR MORTE

2.4.1. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

O seu valor ascendeu a 123.727.293,87€, correspondendo a 98,66% dos subsídios inscritos. Estas responsabilidades foram objeto de estudo atuarial por uma entidade independente (Atuariado Estudos Atuariais Económicos, Lda.), determinando uma provisão no valor 9.829.697,00€, a qual se encontra devidamente referenciada no ponto 4 (Reservas

Matemáticas) do presente relatório. Relativamente a 2011 houve um acréscimo de 1,13% e 1,30% (quadro VI).



Responsabilidades em Subsídios Vencidos

Anos	Valor	%
2008	116.411.846,15	1,81
2009	118.158.041,89	1,50
2010	120.181.783,60	1,71
2011	122.348.895,56	1,80
2012	123.727.293,87	1,13

Quadro VI

Gráfico 4

O valor médio por sócio no final de 2011 foi de 2.353,99€, crescendo em 2012 para 2.418,29€, ou seja um aumento de 2,73%.

2.4.2. DISTRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS VENCIDOS POR FAIXAS ETÁRIAS

O valor dos subsídios concedidos por faixas etárias consta do gráfico 5 e do quadro VII, verificando-se ter sido a maior percentagem, 63,17% para sócios com idade entre 41 a 60 anos.

Não se verificam diferenças assinaláveis entre os subsídios vencidos e a distribuição de faixas etárias entre 2011 e 2012.

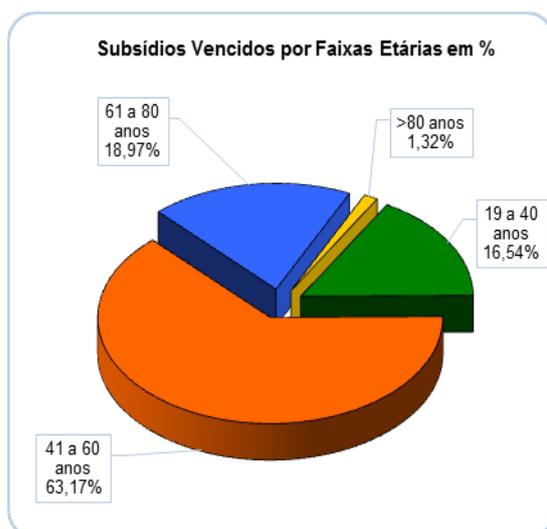


Gráfico 5

Idades	2011		2012	
	Subs. Vencidos	%	Subs. Vencidos	%
19 a 40 anos	22.490,00	18,38	20.459,87	16,54
41 a 60 anos	77.567,05	63,40	78.162,56	63,17
61 a 80 anos	20.735,00	16,95	23.471,87	18,97
> 80 anos	1.556,84	1,27	1.632,99	1,32
Total	122.348,89	100,00	123.727,29	100,00

Unid.: 1000 euros

Quadro VII

2.4.3. SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO

Em 2012, foram conhecidos e concluídos 841 processos de subsídio por morte, no valor total de 622.957,65€, relativamente a 2011 houve um aumento de 164.362,16€ (+35,84%).

2.5. RENDAS VITALÍCIAS

No decurso do exercício de 2012 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 18 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, mais 8 do que no ano transato.

2.6. CENTROS DE LAZER

2.6.1. A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 19,54% de ocupação em 2012, ou seja uma diminuição de 6,43% relativamente a 2011.

2.6.2. O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2012 uma média de ocupação mensal de 37,99%. Em 2011 aquela percentagem foi de 45,49%, sendo a sua diminuição de 7,50%.

2.7. VIAGENS E TURISMO

Em 2012 oitenta e sete associados e cento e onze familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência Abreu.

2.8. RESIDÊNCIAS SENIORES

2.8.1. A Residência de Loures registou uma ocupação de 86,11% da sua capacidade de 51 utentes, ou seja uma diminuição de 8,17% relativamente a 2011. Este facto ocorreu devido às alterações nos WC'S, impostas pelas disposições legais reguladoras para aquele tipo de estabelecimentos.

2.8.2. A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 73,19% da capacidade instalada, ou seja menos 19,03% relativamente a 2011, devido à inexistência de procura.

II - EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE

Nesta parte do relatório destacam-se, de entre as atividades desenvolvidas pelo Cofre as mais significativas:

1. QUOTIZAÇÃO

Em 2012 os rendimentos provenientes das quotas mantiveram a tendência de crescimento verificado nos últimos anos (quadro VIII); assim, não obstante a ligeira diminuição de números de sócios, no final do ano os rendimentos em causa atingiram 3.376.476,15€, ou seja mais 28.546,03€ do que em 2011 (+ 0,85%). Também se manteve a tendência para o crescimento do valor médio da quota anual/sócio, que passou de 64,41€ em 2011, para 65,99€ em 2012 (+2,45%).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 47,59%

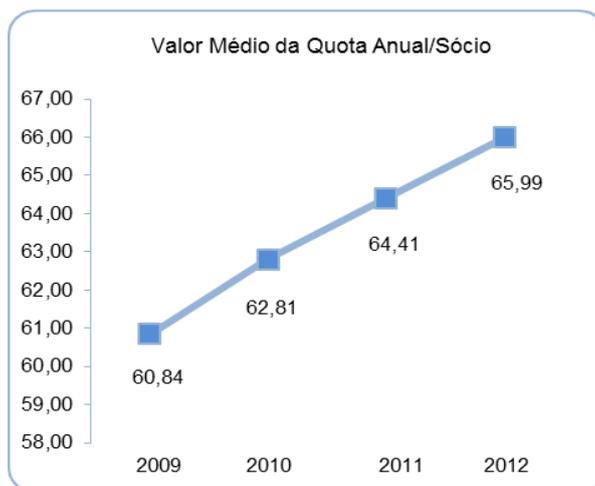


Gráfico 6

A interpretação numérica do gráfico 6 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VIII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000€

ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO		QUOTIZAÇÃO ANUAL			MÉDIA ANUAL	
	INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		NO FIM DO EXERCÍCIO			QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓCIOS	VALOR	Nº SÓCIOS	VALOR	%CRESCIM	VALOR	%CRESCIM
2008	53.876	3.163,56	53.333	3.175,88	1,35%	0,05955	2,39%
2009	53.333	3.207,88	52.944	3.221,13	1,42%	0,06084	2,17%
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26					

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro VIII

2. FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação apresentou uma subida de 187.342,85€ (+5,16%) em relação ao ano anterior (ver ponto 2.2.).

O financiamento de outras despesas através dos “subsídios reembolsáveis” revelou uma diminuição, não só quanto ao número de pedidos (-388 ou -20,17%). Houve também um decréscimo, como se aludiu no ponto 2.3 do presente relatório, quanto ao montante concedido (-127.149€ ou -2,05%).

O peso percentual dos juros provenientes desta atividade é de 26,17%.

O rendimento global desta atividade foi no montante de 1.554.274,68€, traduzindo um acréscimo de 7,75% em relação ao ano de 2011.

3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2012 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centro de Lazer do Vau ascenderam a 1.296.048,52€, menos 206.196,34€ relativamente a 2011 (-13,73%). (quadro IX e IX (a)).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 18,27%.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
Residência para Seniores - Loures	545.160,72	42,06
Residência para Seniores - Vila Fernando	243.918,06	18,82
Centro de Lazer - Vau	397.794,87	30,69
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	108.544,87	8,38
Residência Universitária - Porto	630,00	0,05
Total	1.296.048,52	100,00

Quadro IX

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2011	2012	%
Residência para Seniores - Loures	594.275,03	545.160,72	-8,26
Residência para Seniores - Vila Fernando	305.874,54	243.918,06	-20,26
Centro de Lazer - Vau	453.711,68	397.794,87	-12,32
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	148.383,61	108.544,87	-26,85
Residência Universitária - Porto	0,00	630,00	
Total	1.502.244,86	1.296.048,52	-13,73

Quadro IX (a)

4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2012, a atividade relacionada com o arrendamento urbano manteve-se idêntica à de anos anteriores. O peso percentual desta atividade no conjunto é de 4,86%.

III – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, analisamos o desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES
2. CRESCIMENTO
3. RENTABILIDADE
4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores e por ser obrigatória, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos definidos no SNC (Sistema de Normalização Contabilística), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

1.1. RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	9.693,89	3.376.476,15		1.856.527,64	211.525,84	5.454.223,52
RESIDÊNCIA DE LOURES	545.160,72					545.160,72
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	243.918,06					243.918,06
RESIDENCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	630,00					630,00
CENTRO DE LAZER (VAU)	397.794,87					397.794,87
UNID. TURISMO COVILHÃ	108.544,87					108.544,87
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			345.049,37			345.049,37
TOTAL	1.305.742,41	3.376.476,15	345.049,37	1.856.527,64	211.525,84	7.095.321,41

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos subsídios prescritos, correções exercícios anteriores.

Quadro X

RENDIMENTOS E GANHOS COMPARAÇÃO 2011 E 2012

Rendimentos e ganhos	2011	2012	Variação %
Prestações serviços	1.525.686,13	1.305.742,41	-14,42
Quotas	3.347.930,12	3.376.476,15	0,85
Rendas propriedades de investimento	314.083,68	345.049,37	9,86
Outros	70.040,19	211.525,84	202,01
Juros	1.852.405,98	1.856.527,64	0,22
Total	7.110.146,10	7.095.321,41	-0,21

Quadro XI

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RUBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL

Designação	2011	2012
Prestação de Serviços	21,46	18,40
Quotas	47,09	47,59
Rendas propriedades de investimento	4,42	4,86
Outros	0,98	2,98
Juros	26,05	26,17
Total	100,00	100,00

Quadro XII

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

1.1.1. Os rendimentos relativos a “Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, U.T.R. Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.305.742,41€, correspondendo a 18,40% do total global dos rendimentos.

1.1.2. O valor de “Quotas” ascendeu a 3.376.476,15€, representando 47,59% do total global dos rendimentos.

1.1.3. As rendas dos imóveis contribuíram com 345.049,37€, correspondendo a 4,86% do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco

significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas as quais ainda não foram atualizadas.

Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do C.L. do Vau

1.1.4. O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido. Para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta atividade acrescido dos juros Lazerobtidos (depósitos a prazo) representa 26,17% do total global dos rendimentos.

1.2. GASTOS

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam do seguinte quadro:

GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS COM PROP. INVEST.	OUTROS	JUROS	TOTAL
Sede	642.326,77	1.120.690,54	248.468,36	1.423.409,54		415.422,12	54.094,15	3.904.411,48
Redidência de Loures	309.258,08	462.279,77	148.245,75					919.783,60
Residência de Vila Fernando	162.715,07	251.475,40	79.118,80					493.309,27
Residência Universitária Porto	924,50	4.653,13	25.529,24					31.106,87
Centro de Férias (Vau)	234.841,04		148.176,19					383.017,23
Unidade de Turismo Covilhã	269.788,00	9.519,98	196.081,51					475.389,49
Propriedades de Investimento			129.402,62		61.463,18			190.865,80
TOTAL	1.619.853,46	1.848.618,82	975.022,47	1.423.409,54	61.463,18	415.422,12	54.094,15	6.397.883,74

Quadro XIII

GASTOS COMPARAÇÃO 2011 E 2012

Gastos	2011	2012	Variação %
Fornecimento e serviços externos	1.475.169,01	1.619.853,46	9,81
Gastos com o pessoal	1.633.554,89	1.848.618,82	13,17
Gastos de depreciação e amortização de bens	984.541,42	975.022,47	-0,97
Gastos de previdência social	979.084,64	1.423.409,54	45,38
Encargos com propriedades de investimento	62.227,14	61.463,18	-1,23
Juros	37.252,93	54.094,15	45,21
Outros	441.255,38	415.422,12	-5,85
Total	5.613.085,41	6.397.883,74	13,98

Quadro XIV

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RUBRICA NOS GASTOS GLOBAIS

Designação	2011	2012
Fornecimento e serviços externos	26,29	25,32
Gastos com o pessoal	29,10	28,89
Gastos de depreciação e amortização de bens	17,54	15,24
Gastos de previdência social	17,44	22,25
Encargos com propriedades de investimento	1,11	0,96
Juros	0,66	0,85
Outros gastos	7,86	6,49
Total	100,00	100,00

Quadro XV

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.2.1. Os “Fornecimentos e serviços externos” onde se incluem a eletricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.619.853,46€ correspondendo a 25,32% do total dos gastos.

Sofreram relativamente a 2012 um acréscimo de 9,81% devido fundamentalmente ao aumento do IVA para 23% dos consumos em eletricidade e água, ao pagamento normal do consumo de U.T.R. Covilhã e da prestação de serviços especializados (fornecimento de refeições nas Residências Seniores).

1.2.2. Os “Gastos com o pessoal” somam 1.848.618,82€, representando 28,89% do total dos gastos. Esta rubrica é das mais influentes no total dos gastos e sofreu em 2012 um aumento de 13,17% devido, em especial ao aumento dos vencimentos do pessoal e das despesas inerentes a esse aumento (31,05%), já que o aumento de efetivos, sobretudo para colmatar lacunas nas Residências Seniores, foi de 18 trabalhadores.

1.2.3. As “Amortizações” correspondem às depreciações dos bens móveis e imóveis, que representam 15,24% do total dos gastos.

1.2.4. Os “Gastos p/ benefícios de previdência social” são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 1.423.409,54€ representando 22,25% do total global dos gastos. Nos gastos de previdência social estão incluídos os reforços da provisão calculada com base em estudo atuarial (668.109,00€ em 2012 e 352.774,00€ em 2011).

1.2.5. A rubrica de outros gastos inclui a imparidade (ajustamento) para as dívidas de cobrança duvidosa, que no exercício de 2012 aumentaram 395.733,31€. Acerca das imparidades salienta-se a recuperação efetuada pelo Departamento Jurídico em 2012 no montante de 601.494,22€.

1.3. RESULTADOS DAS ATIVIDADES

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO 2012	RESULTADO 2011	Varição valor
SEDE	5.454.223,52	3.904.411,48	1.549.812,04	1.937.569,89	-387.757,85
RESIDÊNCIA DE LOURES	545.160,72	919.783,60	-374.622,88	-173.593,04	-201.029,84
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	243.918,06	493.309,27	-249.391,21	-143.989,01	-105.402,20
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	630,00	31.106,87	-30.476,87	0,00	-30.476,87
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	397.794,87	417.964,19	-20.169,32	-9.811,18	-10.358,14
UNID. TURISMO COVILHÃ	108.544,87	440.442,53	-331.897,66	-238.800,75	-93.096,91
PRÉDIOS DE RENDIMENTO	345.049,37	190.865,80	154.183,57	125.684,78	28.498,79
TOTAL	7.095.321,41	6.397.883,74	697.437,67	1.497.060,69	-799.623,02

Quadro XVI

O quadro anterior mostra-nos os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2012, comparadas com as do ano de 2011 e apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.3.1. Na Sede a variação é negativa no montante de 387.757,85€. Esta variação é resultado do reforço da provisão calculada com base em estudo atuarial (668.109,00€ em 2012 e 352.774,00€ (+89,39%) em 2011).

1.3.2. A Residência de Loures apresenta igualmente uma variação negativa (-115,80%). Este resultado tem a ver com o efeito conjugado dos aumentos dos preços da água e luz e da prestação de serviços especializados e da descida do valor dos rendimentos em virtude de ter diminuído a ocupação média mensal (86,11%). A descida da ocupação resultou da realização de obras, as quais impediram, no seu decurso, a admissão de mais utentes.

1.3.3. A residência de Vila Fernando, também apresentou um resultado negativo pelas razões apontadas quanto à Residência de Loures em sede de obras e ainda pela diminuição de residentes. A taxa média de ocupação em 2011 foi de 92,22% enquanto em 2012 atingiu apenas 73,19%.

1.3.4. Na U.T.R. da Covilhã o resultado negativo ficou a dever-se à fraca taxa de ocupação (19,54%) para o qual, também, contribuiu o seu encerramento nos meses de outubro e novembro, para se realizarem os trabalhos de manutenção e de alteração.

1.3.5. Relativamente ao C.L. do Vau, também apresentou um resultado negativo devido à diminuição significativa dos rendimentos em 55.916,81€, onde a fraca taxa de ocupação de 37,99% deu lugar à diminuição dos rendimentos em 12,32%.

1.3.6. No que se refere às “Propriedades de investimento”, registou-se um aumento do resultado de 22,67%. Para este resultado positivo contribui a abertura dos débitos das rendas que estão em contencioso, no valor de 19.233,61€.

2. CRESCIMENTO

2.1. RENDIMENTOS

2.1.1. Como referimos, a quotização representou em 2012 3.376.476,15€, contribuindo com 47,59% para o total dos rendimentos. O seu crescimento, em termos percentuais, foi de 0,85% relativamente a 2011.

2.1.2. As “Prestações de serviços” em 2012 totalizaram 1.305.742,41€, verificando-se uma variação negativa de 14,42%, relativamente ao ano 2011, sobretudo pela diminuição da ocupação nas Residências Seniores e Centros de Lazer.

2.1.3. A atividade relacionada com “Propriedades de Investimento” teve uma variação positiva de 9,86%.

2.1.4. Os resultados das aplicações financeiras efetuadas mostram-nos um resultado negativo de 34,19%, correspondendo à variação entre 242.755,11€ do ano de 2012 e de 368.854,47€ do ano de 2011. Esta variação deveu-se à diminuição do valor dos depósitos a prazo.

2.1.5. Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação, e para obras e ainda os abonos reembolsáveis. O seu resultado mostra-nos no exercício do ano em curso um crescimento de 7,75%, correspondendo à diferença entre o resultado obtido no ano de 2011 e o do ano de 2012, no montante de 111.840,23€.

2.1.6. Em consequência da valorização dos Títulos da Dívida Pública, reconheceu-se o correspondente ganho no montante de 7.281,90€. O Fundo de Tesouraria teve no ano de 2012 um comportamento de valorização, levando à redução da provisão existente no valor de 5.039,81€.

2.2. GASTOS

2.2.1. Os “Gastos com o pessoal” aumentaram no ano de 2012 no montante de 215.063,93€. Este aumento deveu-se fundamentalmente ao aumento das remunerações e consequente aumento das contribuições.

2.2.2. A provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” aumentou, por ter aumentado a responsabilidade do Cofre.

2.2.3. Nos “Gastos financeiros”, verificou-se na rubrica “Juros de financiamento obtidos” um aumento dos juros devido ao aumento da taxa de juro.

2.2.4. As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. Independentemente da expectativa de recuperação no ano 2013 procedeu-se ao seu reforço, no montante de 395.733,31€. Este ajustamento inclui os seguros de vida por não terem garantia.

No ano de 2011 este reforço foi efetuado no montante de 340.677,78€.

Está representada no gráfico 7 a repartição entre gastos e resultados dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e resultados – anteriormente apresentados.

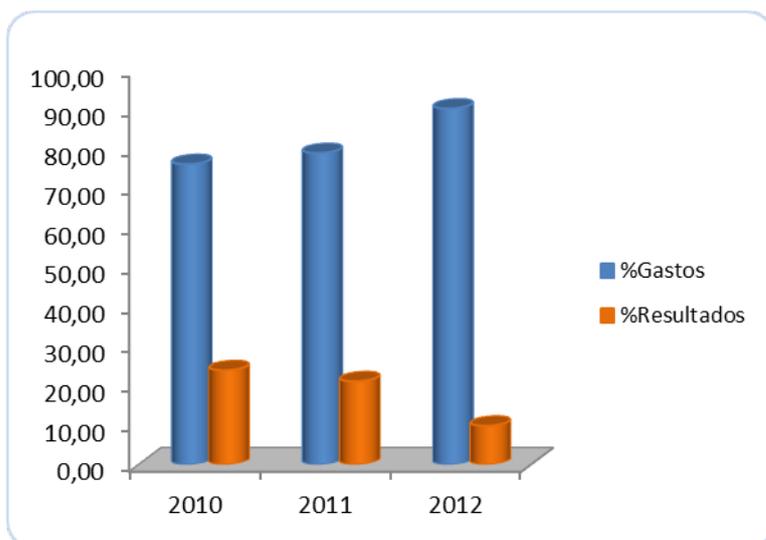


Gráfico 7

Anos	%Gastos	%Resultados
2010	76,10	23,90
2011	78,90	21,10
2012	90,17	9,83

Quadro XVII

3. RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

3.1. A rendibilidade bruta da Quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,69%. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, incorporados no exercício do ano, aquela rendibilidade desce para 1,56%.

3.2. A remuneração bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculadas em função da média dos capitais envolvidos, teve um resultado positivo correspondente a 5,05%.

3.3. Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual de valor igual, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4. RESERVAS MATEMÁTICAS⁽¹⁾

No ano de 2012, foi reforçada a provisão e incorporada nos “Gastos de previdência social” para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de Dezembro de 2012, ou seja:

Referente a subsídios por morte	9.829.697,00€
Referente a rendas vitalícias	198.752,00€

⁽¹⁾ As Reservas Matemáticas, são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

Em conclusão:

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício passou de 1.497.060,69€ em 2011, para 697.437,67€ em 2012, o que representa uma diminuição de 53,41%.

Esta diminuição reflete, no essencial, o aumento dos “Gastos de previdência social” no valor de 444.324,90€ e com o aumento dos “Gastos com o pessoal” no valor de 215.063,93€.

IV. – A CONCRETIZAÇÃO DE 2012 E A PREVISÃO PARA DE 2013

No último ano de atividade todos constatámos o crescimento do Cofre, nos ativos, na responsabilidade, trabalho e dedicação. Este facto deve-se essencialmente à implantação de uma nova cultura de trabalho, de gestão, de uma maior proximidade aos trabalhadores por parte do Conselho de Administração, bem como dos locais onde dispomos de empreendimentos e de uma visão estratégica para o futuro.

Aproveitámos as oportunidades surgidas em tempo de crise para a aquisição de mais património imóvel, racionalizámos alguns custos (gastos), horas extraordinárias, dinamizámos mais os nossos benefícios, divulgamos as ofertas não só através da nossa revista Cofre, mas também no nosso sítio na Net, demos a conhecer o Cofre junto de várias Entidades.

Como sabemos o ano de 2012 no nosso País continua marcado pela intervenção do Banco Europeu, da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional na nossa economia e por um conjunto de medidas governamentais bastante agressivas – diminuição salarial e da aposentação entre nós funcionários públicos no ativo e aposentados, o sustentáculo do Cofre, o aumento do IVA em geral, particularmente na eletricidade e gás entre outros, contribuíram para um aumento significativo dos gastos.

Estas intervenções concorreram para um desaceleramento acentuado da economia do país. No Cofre sentimo-la em todas as áreas, nos abonos e particularmente nos nossos Centros de Lazer. Aqui agravados pelo aumento dos combustíveis e a criação de portagens afastando muitos Associados do Vau e da Quinta de Santa Iria. E se o seu resultado não foi mais negativo, deveu-se à campanha efetuada nos nossos meios de comunicação.

Não obstante o clima económico adverso e a redução acentuada nos juros de depósito a prazo, por imposição do Banco de Portugal, levou-nos a procurar oportunidades no imobiliário investindo com o objetivo de aumentar os nossos ativos. Razão pela qual as obras realizadas durante o exercício do ano de 2012, refletem, na nossa opinião, apesar da diminuição verificada no resultado líquido, comparativamente com o ano transato, um resultado positivo.

O ano de 2012 ficará escrito na história do Cofre, pela aquisição dos imóveis no Porto e em Lisboa para as residências universitárias. O término das suas obras de adaptação para aquele fim, as efetuadas nas Residências Seniores de Vila Fernando e Loures para um maior conforto dos seus residentes e familiares. A aquisição do terreno a tardoz do Aparthotel do Vau, onde iniciámos os trabalhos para a construção de um novo espaço com piscinas, campo multiusos e parque infantil, cuja conclusão se espera ainda antes desta época balnear, assim o tempo ajude. Finalmente a introdução ao fim de sete anos de investimento de um novo sistema informático, hoje ferramenta fundamental na melhoria de todos os serviços prestados pelo Cofre.

Apesar do pessimismo económico para o ano de 2013, das medidas duras contidas no Orçamento Geral do Estado para nós funcionários no ativo e para os aposentados, como aludi há pouco, o sustentáculo do Cofre, apesar disso dizia, o nosso pensamento positivo coletivo será essencial para a continuidade da estratégia do desenvolvimento no sentido de valorar e de proteger todos, principalmente os mais necessitados de ajuda no seio da família Cofre.

Conhecemos as oportunidades e o trabalho necessário para as aproveitar. Este ano 2013 com todas as dificuldades será mais um desafio para vencer e concretizar as ideias de outros, dotar o Seguro de Saúde Cofre com mais benefícios, prestar um serviço de excelência nas nossas Residências Sénior, ajudar os nossos descendentes nos seus objetivos educacionais e de formação; contribuir para uma estada mais confortável nos Centros de Lazer e finalmente minorar as dificuldades dos mais necessitados. Para isso é fundamental a ajuda de todos os Associados e Colaboradores, unidos e com coesão seremos mais fortes e assim conseguiremos honrar os objetivos da nossa secular Instituição.

A materialização dos objetivos traçados no início de 2012, não teria sido possível sem a contribuição, empenho, esforço e dedicação dos Trabalhadores, Fornecedores e Prestadores de serviços distribuídos pelas várias áreas, nomeadamente nas da construção e da saúde. A todos deixamos expresso o nosso agradecimento e um incentivo muito forte para assim continuarem e a progredirem no decurso do ano de 2013.

Cofre, aos 16 dias de Abril do ano de 2013.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

*Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Carlos António de Menezes Galvão
Maria Luisa Viana de Paiva Boléo
Maria Manuela Charrua Franco
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Alice Miranda Rumor Parada*

MAPAS OBRIGATÓRIOS:

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO
PERÍODO DE 2011 E 2012

ANEXO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	7	23.857.726,58	22.529.531,87
Propriedades de Investimento	8	5.299.730,93	5.167.841,64
Ativos Intangíveis	9	161.740,94	287.868,31
Associados	12.1	24.463.618,46	22.276.027,42
Investimentos Financeiros	12.5	216.646,22	204.324,51
		53.999.463,13	50.465.593,75
ATIVO CORRENTE			
Clientes	12.1	119.029,35	52.566,11
Estado e Outros Entes Públicos	13	14.943,78	0,00
Associados	12.1	8.352.481,99	8.210.264,13
Outras Contas a Receber	12.1	232.260,36	212.971,78
Diferimentos	14	53.413,87	50.589,54
Caixa e Depósitos Bancários	4	6.670.196,39	9.232.142,83
		15.442.325,74	17.758.534,39
Total do Ativo		69.441.788,87	68.224.128,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		51.014.348,98	49.517.288,29
Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.425.625,35	3.427.213,64
		54.439.974,33	52.944.501,93
Resultado Líquido do Período		697.437,67	1.497.060,69
		697.437,67	1.497.060,69
Total do Fundo de Capital		55.137.412,00	54.441.562,62
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	10.259.477,00	9.696.310,00
		10.259.477,00	9.696.310,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12.2	129.722,40	103.981,73
Adiantamentos de Clientes	12.2	16.090,03	18.633,33
Estado e Outros Entes Públicos	13	50.098,43	80.752,49
Associados	12.2	532.806,70	498.871,93
Financiamentos Obtidos	12.4	2.700.000,00	2.700.000,00
Diferimentos	14	5.810,84	0,00
Outras Contas a Pagar	12.2	610.371,47	684.016,04
		4.044.899,87	4.086.255,52
Total do Passivo		14.304.376,87	13.782.565,52
Total dos Fundos Patrimoniais do Passivo		69.441.788,87	68.224.128,14

A Técnica Oficial de Contas
 Gisela Carvalho Pinto Martins
 TOC n° 73.248

O Conselho de Administração
 Américo Tomé Jardim
 Francisco Manuel Feliciano Pinteus
 Carlos António de Menezes Galvão
 Maria Luisa Viana de Paiva Boléo
 Maria Manuela Charrua Franco
 Maria Catarina Gonçalves dos Santos
 Maria Alice Miranda Rumor Parada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	10	1.305.742,41	1.525.686,13
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.619.853,46	-1.475.169,01
Gastos com o pessoal	17	-1.848.618,82	-1.633.554,89
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	12.3	-395.733,31	-340.677,78
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.5	12.321,71	-66.259,43
Outros rendimentos e ganhos	10	3.920.729,65	3.732.053,99
Outros gastos e perdas	18	-1.504.561,53	-1.075.629,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-129.973,35	666.449,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-975.022,47	-984.541,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.104.995,82	-318.092,36
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.856.527,64	1.852.405,98
Juros e gastos similares suportados		-54.094,15	-37.252,93
Resultado antes de impostos		697.437,67	1.497.060,69
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		697.437,67	1.497.060,69
		697.437,67	1.497.060,69

A Técnica Oficial de Contas

Gisela Carvalho Pinto Martins
TOC nº 73.248

O Conselho de Administração

Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Carlos António de Menezes Galvão
Maria Luisa Viana de Paiva Boléo
Maria Manuela Charrua Franco
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Alice Miranda Rumor Parada

COFRE DE PREVIDÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS E AGENTES ESTADO
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/associados		12.750.325,21	13.323.469,58
Pagamentos a clientes/associados		-9.987.403,43	-9.674.627,71
Pagamentos a fornecedores		-2.735.752,25	-1.627.966,05
Pagamentos ao pessoal		-1.375.402,78	-1.269.668,09
Caixa gerada pelas operações		-1.348.233,25	751.207,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		534.648,40	-468.642,05
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-813.584,85	282.565,68
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-2.113.700,14	-2.083.097,87
<i>Ativos intangíveis</i>		-21.613,56	-22.401,84
<i>Propriedades de investimento</i>		-193.791,91	-119.410,23
<i>Outros ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Rendas de propriedades de investimento</i>		310.098,81	307.346,59
<i>Outros ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		302.461,14	382.719,78
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.716.545,66	-1.534.843,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			700.000,00
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>		-31.815,93	-37.252,93
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-31.815,93	662.747,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2.561.946,44	-589.530,82
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9.232.142,83	9.821.673,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.670.196,39	9.232.142,83

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2011

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	47.890.120,25	0,00	0,00	3.423.647,97	1.627.168,04	52.940.936,26
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					3.565,67		0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial							3.565,67
	2	0,00	0,00	0,00	3.565,67	0,00	3.565,67
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3					1.497.060,69	1.497.060,69
RESULTADO EXTENSIVO	4 = 2 + 3					1.497.060,69	1.500.626,36
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		1.627.168,04				-1.627.168,04	0,00
	5	1.627.168,04	0,00	0,00	0,00	-1.627.168,04	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6 = 1 + 2 + 3 + 5	49.517.288,29	0,00	0,00	3.427.213,64	1.497.060,69	54.441.562,62

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2012

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	49.517.288,29	0,00	0,00	3.427.213,64	1.497.060,69	54.441.562,62
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					(1.588,29)		0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial							-1.588,29
	7	0,00	0,00	0,00	(1.588,29)	0,00	-1.588,29
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8					697.437,67	697.437,67
RESULTADO EXTENSIVO	9 = 7 + 8					697.437,67	695.849,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		1.497.060,69				(1.497.060,69)	0,00
	10	1.497.060,69	0,00	0,00	0,00	(1.497.060,69)	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6 + 7 + 8 + 10	51.014.348,98	0,00	0,00	3.425.625,35	697.437,67	55.137.412,00

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F
1112-803 Lisboa

1.3. NIPC:

500 969 442

1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública. De entre as atribuições do Cofre salienta-se: “Criar ou ajudar a criação dos centros de assistência materno-infantil e escolar, de ocupação dos tempos livres, de apoio à terceira idade, de lazer e outros que tenham por fim o apoio ou a satisfação das necessidades de ordem económica, cultural, social e de saúde dos sócios, bem como dos ascendentes do sócio e cônjuge.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;
- Portaria 106/2011, de 14 de março, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;
- Aviso n.º 6726-B/2011 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

O conjunto dos normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012. Em 2010 e 2011 o Cofre adotou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009.

2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excecionalmente, tenham sido derogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL., e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i) **Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) **Métodos de depreciação usados;**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha reta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) **Vidas úteis estimadas;**

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objeto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculados com base no método da linha reta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Não existem avaliações atuais das propriedades de investimento.

c) Ativos Intangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha reta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos, não estando sujeitos a amortização, são objeto de teste de imparidade se existirem indicadores que o justifique. São mensurados ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de *software* decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas;

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é

registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem a valores imediatamente disponíveis.

g) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

h) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objeto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer refluxo de recursos.

Decorrente dos respetivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo atuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Taxa de rendimento: 3,5%;

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de desconto: 3,5%;

Custo de gestão dos benefícios: 6,72% das quotas anuais.

i) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

j) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da atividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente dos lares e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efetivo.

k) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As

diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dívidas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.4. Principais fontes de incerteza:

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respetivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	818,64
Total de Caixa		818,64
Depósitos à ordem	12	1.675.819,27
Depósitos a prazo	13	4.993.558,48
Total de depósitos bancários		6.670.196,39

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à atividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva. As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, expressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

6. PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas coletivas.

O pessoal chave da Gestão é remunerado através de senhas de presença em função das reuniões efetuadas conforme nota 17.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldo em 01-01-2012								
Quantias brutas	3.676.751,84	19.611.397,32	2.686.796,19	202.790,59	550.829,28	31.133,26	2.232.888,93	28.992.587,41
Depreciações acumuladas	0,00	3.401.654,16	2.408.442,19	150.050,11	473.238,92	29.670,16	0,00	6.463.055,54
Quantias líquidas	3.676.751,84	16.209.743,16	278.354,00	52.740,48	77.590,36	1.463,10	2.232.888,93	22.529.531,87
Movimento em 2012								
Ativo fixo								
Aquisições		753.907,26	141.828,41	117.096,85	77.658,33	1.282,30	934.426,99	2.026.200,14
Alienações				(57.567,83)	(20.883,16)			(78.450,99)
Abates			(9.163,45)		(9.191,14)			(18.354,59)
Transferências	87.500,00	822.799,58	25.579,24		(848,95)		(939.776,39)	(4.746,52)
Total do exercício	87.500,00	1.576.706,84	158.244,20	59.529,02	46.735,08	1.282,30	-5.349,40	1.924.648,04
Depreciações acumuladas								
Depreciações do exercício		438.896,05	163.445,40	46.854,37	48.624,93	358,17		698.178,92
Alienações				(57.567,83)	(20.883,16)			(78.450,99)
Abates			(9.163,45)		(9.191,14)			(18.354,59)
Transferências			(4.071,06)		(-848,95)			-4.920,01
Total do exercício	0,00	438.896,05	150.210,89	-10.713,46	17.701,68	358,17	0,00	596.453,33
Saldo em 31-12-2012								
Quantias brutas	3.764.251,84	21.188.104,16	2.845.040,39	262.319,61	597.564,36	32.415,56	2.227.539,53	30.917.235,45
Depreciações acumuladas	0,00	3.840.550,21	2.558.653,08	139.336,65	490.940,60	30.028,33	0,00	7.059.508,87
Quantias líquidas	3.764.251,84	17.347.553,95	286.387,31	122.982,96	106.623,76	2.387,23	2.227.539,53	23.857.726,58

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldo em 01-01-2011								
Quantias brutas	3.676.751,84	19.267.061,08	2.653.107,65	144.790,26	539.347,31	31.105,22	667.608,39	26.979.771,75
Depreciações acumuladas		2.994.597,78	2.173.989,83	140.415,26	490.034,66	29.369,35		5.828.406,88
Quantias líquidas	3.676.751,84	16.272.463,30	479.117,82	4.375,00	49.312,65	1.735,87	667.608,39	21.151.364,87
Movimento em 2011								
Ativo fixo								
Aquisições		200.697,42	42.543,87	70.320,64	60.588,54	28,04	1.708.919,36	2.083.097,87
Alienações				(12.320,31)				-12320,31
Abates			(8.855,33)		(49.106,57)			(57.961,90)
Transferências		143.638,82					(143.638,82)	0,00
Total do exercício	0,00	344.336,24	33.688,54	58.000,33	11.481,97	28,04	1.565.280,54	2.012.815,66
Depreciações acumuladas								
Depreciações do exercício		407.056,38	242.659,34	21.955,16	31.967,95	300,81		703.939,64
Alienações				(12.320,31)				-12320,31
Abates			(8.206,98)		(48.763,69)			(56.970,67)
Transferências								0,00
Total do exercício	0,00	407.056,38	234.452,36	9.634,85	(16.795,74)	300,81	0,00	634.648,66
Saldo em 31-12-2011								
Quantias brutas	3.676.751,84	19.611.397,32	2.686.796,19	202.790,59	550.829,28	31.133,26	2.232.888,93	28.992.587,41
Depreciações acumuladas	0,00	3.401.654,16	2.408.442,19	150.050,11	473.238,92	29.670,16	0,00	6.463.055,54
Quantias líquidas	3.676.751,84	16.209.743,16	278.354,00	52.740,48	77.590,36	1.463,10	2.232.888,93	22.529.531,87

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2012, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2012				
Quantias brutas	1.405.358,85	6.308.587,86	47.681,86	7.761.628,57
Depreciações acumuladas		2.593.786,93		2.593.786,93
Quantias líquidas	1.405.358,85	3.714.800,93	47.681,86	5.167.841,64
Movimento em 2012				
Propriedades de investimento				
Aquisições	16.875,00	134.898,39	109.518,52	261.291,91
Transferências		26.644,31	(26.644,31)	
Total do exercício	16.875,00	161.542,70	82.874,21	261.291,91
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		129.402,62		129.402,62
Total do exercício	0,00	129.402,62	0,00	129.402,62
Saldos em 31-12-2012				
Quantias brutas	1.422.233,85	6.470.130,56	130.556,07	8.022.920,48
Depreciações acumuladas	0,00	2.723.189,55	0,00	2.723.189,55
Quantias líquidas	1.422.233,85	3.746.941,01	130.556,07	5.299.730,93

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2011				
Quantias brutas	1.405.358,85	6.236.859,49		7.642.218,34
Depreciações acumuladas		2.467.615,17		2.467.615,17
Quantias líquidas	1.405.358,85	3.769.244,32	0,00	5.174.603,17
Movimento em 2011				
Propriedades de investimento				
Aquisições	0,00	71.728,37	47.681,86	119.410,23
Total do exercício	0,00	71.728,37	47.681,86	119.410,23
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		126.171,76		126.171,76
Total do exercício	0,00	126.171,76	0,00	126.171,76
Saldos em 31-12-2011				
Quantias brutas	1.405.358,85	6.308.587,86	47.681,86	7.761.628,57
Depreciações acumuladas	0,00	2.593.786,93		2.593.786,93
Quantias líquidas	1.405.358,85	3.714.800,93	47.681,86	5.167.841,64

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	345.049,37€
--------	-------------

O justo valor das propriedades de investimento não se encontra determinado à data de 31 de Dezembro de 2012. Contudo, não são conhecidos dados objetivos que levem a considerar que o justo valor não seja superior ao custo.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
- As amortizações são efetuadas pelo método da linha reta.
- A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas	Desenvolvimento	Total
	computador	software em curso	
Saldos em 01-01-2012			
Quantias brutas	512.693,12	21.438,90	534.132,02
Amortizações acumuladas	246.263,71	0,00	246.263,71
Quantias líquidas	266.429,41	21.438,90	287.868,31
Movimento em 2012			
Activo intangível			
Aquisições	21.313,56	0,00	21.313,56
Transferência	26.582,33	(21.438,90)	5.143,43
Total do exercício	47.895,89	(21.438,90)	26.456,99
Amortizações acumuladas			
Transferência	5.143,43		
Amortizações do exercício	147.440,93		147.440,93
Total do exercício	152.584,36	0,00	147.440,93
Saldos em 31-12-2012			
Quantias brutas	560.589,01	0,00	560.589,01
Amortizações acumuladas	398.848,07		398.848,07
Quantias líquidas	161.740,94	0,00	161.740,94

Descrição	Programas	Desenvolvimento	Total
	computador	software em curso	
Saldos em 01-01-2011			
Quantias brutas	113.078,54	398.651,64	511.730,18
Amortizações acumuladas	91.833,69	0,00	91.833,69
Quantias líquidas	21.244,85	398.651,64	419.896,49
Movimento em 2011			
Activo intangível			
Aquisições	962,94	21.438,90	22.401,84
Transferência	398.651,64	(398.651,64)	0,00
Total do exercício	399.614,58	(377.212,74)	22.401,84
Amortizações acumuladas			
Amortizações do exercício	154.430,02		154.430,02
Total do exercício	154.430,02	0,00	154.430,02
Saldos em 31-12-2011			
Quantias brutas	512.693,12	21.438,90	534.132,02
Amortizações acumuladas	246.263,71		246.263,71
Quantias líquidas	266.429,41	21.438,90	287.868,31

10. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea j) do ponto 3. A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2012	2011
Prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	789.078,78	900.149,57
Mensalidades da residência	630,00	-
Centros de Lazer	506.339,74	602.095,29
Comissões	9.693,89	23.441,27
Total	1.305.742,41	1.525.686,13
Reversões		
Investimentos financeiros	7.281,90	-
Fundos de tesouraria	5.039,81	-
Total	12.321,71	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Quotização	3.376.476,15	3.347.930,12
Subsídios prescritos	23.630,80	36.286,01
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	345.049,37	314.083,68
Outros	175.573,33	33.754,18
Total	3.920.729,65	3.732.053,99
Juros		
Depósitos bancários	8.203,03	2.686,22
Títulos da dívida pública	11.176,61	11.179,09
Empréstimos de financiamento	1.554.274,68	1.442.434,45
Outros investimentos financeiros	242.755,11	368.854,47
Outros juros	40.118,21	27.251,75
Total	1.856.527,64	1.852.405,98

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respetivamente, a 125.402.615,65€ e 123.727.293,87€. Todavia, segundo o estudo atuarial efetuado com referência a 31 de Dezembro de 2012 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 10.259.477,00€.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	9.208.101,00	621.596,00		9.829.697,00
Provisões para rendas vitalícias	152.239,00	46.513,00		198.752,00
Provisões para pensões reforma e sobrevivência	335.970,00		(104.942,00)	231.028,00
Total	9.696.310,00	668.109,00	(104.942,00)	10.259.477,00

À data de 31 de Dezembro de 2012 não existiam passivos e ativos contingentes.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea f) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

12.1. Sócios e outras contas a receber

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Associados não corrente	24.463.618,46	22.276.027,42
associados corrente	8.352.481,99	8.210.264,13
Clientes	119.029,35	52.566,11
Outras contas a receber	232.260,36	212.971,78
Total	33.167.390,16	30.751.829,44

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respetivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efetivo.

12.2. Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores	129.722,40	103.981,73
Adiantamentos de Clientes	16.090,03	18.633,33
Associados	532.806,70	498.871,93
Clientes	200.918,74	142.303,41
Outras contas a pagar	409.452,73	541.712,63
Total	1.288.990,60	1.305.503,03

12.3. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	31.141,95	9.104,68		40.246,63
Sócios c/ cobrança duvidosa	1.881.662,04	386.628,63		2.268.290,67
Total	1.912.803,99	395.733,31	0,00	2.308.537,30

Além dos sócios de cobrança duvidosa indicados, existem ainda outras dívidas em situação de incumprimento ou de recuperação problemática incluídas nas seguintes rubricas de Balanço:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido) -2.940.310,09€
- Prestações financiamento à habitação (prestações vencidas de capital e juros)-1.183.515,73€

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

12.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Financiamentos obtidos” manteve o mesmo valor 2.700.000,00€ (Conta Cauçionada).

12.5. Investimentos financeiros

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Títulos dívida pública	115.482,82	7.281,90		122.764,72
Fundo de tesouraria	88.841,69	5.039,81		93.881,50
Total	204.324,51	12.321,71	(0,00)	216.646,22

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	14.943,78	0,00
Total	14.943,78	0,00
Passivo		
Imposto sobre rendimento	16.968,78	13.994,87
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	42.410,32
Restantes impostos	0,00	456,00
Contribuições para a segurança social	33.129,65	23.891,30
Total	50.098,43	80.752,49

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a reconhecer	53.413,87	50.589,54
Total	53.413,87	50.589,54
Passivo		
Rendimento a reconhecer	5.810,84	0,00
Total	5.810,84	0,00

15. FUNDO PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2012, na rubrica “fundo patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	49.517.288,29	1.497.060,69		51.014.348,98
	49.517.288,29	1.497.060,69	0,00	51.014.348,98
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDO PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Activo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	10.380,01		(1.588,29)	8.791,72
	10.380,01	0,00	(1.588,29)	8.791,72
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do período	1.497.060,69	697.437,67	(1.497.060,69)	697.437,67
	1.497.060,69	697.437,67	(1.497.060,69)	697.437,67
	54.441.562,62	2.194.498,36	(1.498.648,98)	55.137.412,00

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2012	2011
Trabalhos Especializados	385.454,18	201.214,50
Subcontratos	266.700,00	281.700,00
Conservação e Reparação	257.428,07	224.910,07
Comunicação	139.025,92	93.241,36
Eletricidade	122.256,09	99.670,72
Honorários	89.601,88	71.831,80
Contencioso e Notariado	60.587,32	21.671,09
Limpeza, Higiene e Conforto	58.282,62	90.240,20
Água	57.546,82	37.140,98
Gás	47.935,40	45.945,75
Seguros	31.138,66	28.981,95
Material de Escritório	22.826,63	16.333,01
Artigos para Oferta	7.058,98	5.357,11
Publicidade e Propaganda	6.570,77	5.244,22
Outros	67.440,12	251.686,25
Total	1.619.853,46	1.475.169,01

17. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações Órgãos Sociais	25.759,97	16.436,16
Vencimentos e outros	1.544.035,01	1.318.561,12
Encargos sociais e pensões	278.823,84	298.557,61
Total	1.848.618,82	1.633.554,89

A rubrica “encargos sociais”, para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 131.324,31€.

O número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2012	2011
Dirigentes	7	4
Funcionários	103	85
Programa de estágio profissional IEFP	-	-
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	-
Contrato de emprego e inserção IEFP	1	1

18. OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2012	2011
Gastos em propriedades de investimento	61.463,18	62.227,14
Gastos de previdência social	1.423.409,54	979.084,64
Outros	19.688,81	34.318,17
Total	1.504.561,53	1.075.629,95

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo atuarial, conforme divulgados na nota 11 (668.109,00€ em 2012 e 352.774,00€ em 2011).

19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para sêniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Prestação de serviços	789.708,78	506.339,74			9.693,89	1.305.742,41
Quotização					3.376.476,15	3.376.476,15
Outros rendimentos			345.049,37	1.554.274,68	513.778,80	2.413.102,85
Total	789.708,78	506.339,74	345.049,37	1.554.274,68	3.899.948,84	7.095.321,41
GASTOS						
Fornecimentos e serviços externos	472.897,65	504.629,04			642.326,77	1.619.853,46
Gastos com o pessoal	718.408,30	9.519,98			1.120.690,54	1.848.618,82
Gastos previdência social					1.423.409,54	1.423.409,54
Gastos de depreciação, amortização e imparidade	252.893,79	344.257,70	129.402,62		248.468,36	975.022,47
Outros gastos			61.463,18		469.516,27	530.979,45
Total	1.444.199,74	858.406,72	190.865,80	0,00	3.904.411,48	6.397.883,74
RESULTADO 2012	-654.490,96	-352.066,98	154.183,57	1.554.274,68	-4.462,64	697.437,67
RESULTADO 2011	-317.582,05	-248.611,93	125.684,78	1.442.434,45	495.135,44	1.497.060,69

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 16 de Abril de 2013.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objeto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES:

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2012

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2012

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2012

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2012

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	941.000,00	1.041.000,00	1.037.115,24	3.884,76
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	42.000,00	18.000,00	17.090,02	909,98
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	5.000,00	3.696,06	1.303,94
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.680,00	320,00
01.01.11	Representação	4.500,00	4.500,00	3.734,52	765,48
01.01.13	Subsidio de refeição	81.000,00	88.000,00	87.144,43	855,57
01.01.14	Subsidio de férias e de Natal	166.000,00	126.000,00	124.590,85	1.409,15
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	20.000,00	21.000,00	20.173,23	826,77
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	2.000,00	1.115,66	884,34
01.02.05	Abono para falhas	4.000,00	4.000,00	3.750,60	249,40
01.02.06	Formação	50.000,00	2.000,00	62,00	1.938,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsidio de turno	34.000,00	35.000,00	34.021,47	978,53
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.13	Outros suplementos e prémios	148.000,00	173.000,00	171.066,99	1.933,01
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A- Remunerações de corpos gerentes	25.000,00	32.000,00	29.953,09	2.046,91
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	40.000,00	30.000,00	27.875,96	2.124,04
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	4.000,00	4.000,00	2.440,26	1.559,74
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	197.500,00	238.500,00	237.519,68	980,32
01.03.08	Outras pensões	70.000,00	60.000,00	57.129,21	2.870,79
01.03.09	Seguros	27.000,00	27.000,00	22.690,37	4.309,63
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	50.000,00	50.000,00	42.910,73	7.089,27
02.01.04	Limpeza e higiene	56.000,00	31.000,00	28.781,29	2.218,71
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	8.000,00	8.000,00	1.444,50	6.555,50
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	3.000,00	3.000,00	32,00	2.968,00
02.01.08	Material de escritório	22.000,00	30.000,00	29.987,45	12,55
02.01.11	Material de consumo clínico	4.000,00	6.000,00	5.054,45	945,55
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	10.000,00	10.000,00	6.119,68	3.880,32
02.01.17	Ferramentas e utensílios	12.000,00	2.000,00	338,65	1.661,35
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.500,00	1.500,00	26,95	1.473,05
02.01.21	Outros bens	46.000,00	6.000,00	5.795,11	204,89
02.02.01	Encargos das instalações	161.000,00	186.000,00	184.270,92	1.729,08
02.02.02	Limpeza e higiene	48.000,00	18.000,00	17.499,57	500,43
02.02.03	Conservação de bens	145.000,00	205.000,00	200.449,51	4.550,49
	A transportar	2.440.500,00	2.481.500,00	2.405.560,45	75.939,55

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2012

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	2.440.500,00	2.481.500,00	2.405.560,45	75.939,55
02.02.09	Comunicações	78.000,00	128.000,00	124.161,69	3.838,31
02.02.10	Transportes	2.000,00	2.000,00	1.629,20	370,80
02.02.11	Representações dos serviços	2.000,00	5.000,00	4.661,85	338,15
02.02.12	Seguros	42.000,00	52.000,00	44.038,84	7.961,16
02.02.13	Deslocações e estadas	5.000,00	13.000,00	12.587,69	412,31
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	5.000,00	490,00	4.510,00
02.02.17	Publicidade	8.000,00	8.000,00	5.200,55	2.799,45
02.02.18	Vigilância e segurança	3.000,00	3.000,00	650,00	2.350,00
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	701.500,00	741.500,00	722.920,46	18.579,54
02.02.25	Outros serviços	76.000,00	166.000,00	150.468,66	15.531,34
03.05.02	Outros juros	55.000,00	55.000,00	27.233,35	27.766,65
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	350.000,00	535.000,00	532.388,25	2.611,75
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	105.000,00	75.000,00	73.816,99	1.183,01
04.08.02	C-Quotas a restituir - Artº 14º dos Estatutos	33.000,00	36.500,00	36.002,51	497,49
04.08.02	D-Rendas Vitalícias	9.000,00	17.500,00	17.062,80	437,20
04.08.02	E-Bolsas Sociais	16.000,00	16.000,00	0,00	16.000,00
04.08.02	F-Subsídios Sociais	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	4.000,00	4.000,00	1.318,73	2.681,27
06.02.03	B-Diversos	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
07.01.02	Habitações	140.000,00	176.000,00	163.420,64	12.579,36
07.01.03	Edifícios	4.000.000,00	2.980.000,00	1.596.597,47	1.383.402,53
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	100.000,00	118.000,00	117.096,85	903,15
07.01.07	Material de informática	15.000,00	46.000,00	45.041,12	958,88
07.01.09	Equipamento administrativo	10.000,00	50.000,00	49.874,89	125,11
07.01.10	Equipamento básico	220.000,00	220.000,00	74.754,95	145.245,05
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	18.000,00	17.500,00	500,00
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	3.000.000,00	3.800.000,00	3.782.127,85	17.872,15
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	300.000,00	103.000,00	102.460,00	540,00
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.500.000,00	6.100.000,00	6.068.799,70	31.200,30
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	60.000,00	60.000,00	58.184,18	1.815,82
09.06.13	E-Emprést. pª construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2ª tranche e seguintes	20.000,00	20.000,00	8.800,00	11.200,00
10.06.03	Socied. Financ. Bancos e out. inst. Financeiras	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	500.000,00	880.000,00	877.282,64	2.717,36
12.02	Outras operações de Tesouraria	1.000.000,00	900.000,00	891.100,87	8.899,13
	Total	25.135.000,00	25.135.000,00	18.013.233,18	7.121.766,82

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2012

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
20	1	4.125,00	0,00	82,56	Transporte	32.504	107.981.865,45	105.120.469,10	2.804.721,96
21	1	5.000,00	5.200,00	92,40	63	1220	2.407.490,60	2.560.415,60	86.258,16
22	4	17.375,00	5.100,00	249,96	64	1180	2.119.481,69	2.262.214,54	75.184,56
23	6	26.400,00	18.150,00	382,92	65	1028	1.741.619,50	1.879.110,33	63.252,12
24	8	36.500,00	24.050,00	703,32	66	964	1.462.663,54	1.568.626,66	52.836,12
25	14	63.750,00	50.007,50	1.050,72	67	903	1.258.482,03	1.346.183,37	46.069,92
26	28	118.125,00	99.003,00	1.935,36	68	773	1.049.597,86	1.156.431,71	38.789,28
27	35	157.975,00	122.811,50	2.604,72	69	727	818.077,28	882.835,80	29.057,16
28	57	245.150,00	193.374,50	4.365,00	70	666	755.157,47	822.322,67	27.310,80
29	89	380.000,00	305.351,50	6.850,32	71	635	592.738,79	641.097,04	20.050,20
30	109	464.300,00	394.820,00	8.796,12	72	638	569.373,81	620.378,81	19.399,56
31	116	493.275,00	466.113,50	9.442,68	73	689	511.912,35	544.651,88	16.255,32
32	185	782.154,20	682.055,86	14.388,60	74	652	447.304,25	475.078,15	14.446,32
33	256	1.089.164,55	953.519,85	20.133,96	75	659	407.572,05	436.865,01	13.422,00
34	305	1.300.926,30	1.143.107,22	24.636,72	76	692	388.371,00	408.998,25	11.384,16
35	489	2.068.327,45	1.908.900,80	39.527,28	77	698	385.606,14	415.501,03	11.846,40
36	589	2.475.302,93	2.378.590,15	47.958,24	78	653	311.262,67	328.034,24	8.246,28
37	681	2.833.391,84	2.690.038,99	54.843,96	79	643	309.364,43	329.280,42	8.362,68
38	780	3.218.164,18	2.985.588,37	63.766,20	80	678	282.141,08	295.805,04	6.399,96
39	790	3.279.051,53	3.051.610,30	65.251,08	81	610	230.249,93	236.074,90	4.328,04
40	779	3.267.087,38	2.982.475,59	66.823,08	82	571	212.607,27	220.407,46	3.997,20
41	828	3.450.687,39	3.148.793,69	71.824,68	83	477	169.757,18	172.834,77	2.997,12
42	766	3.248.800,06	2.985.344,46	68.938,56	84	483	169.564,26	172.272,73	2.870,88
43	714	3.006.577,26	2.762.488,65	64.745,76	85	390	138.470,55	140.793,94	2.275,56
44	772	3.209.162,47	2.957.522,55	71.327,40	86	365	126.445,65	128.331,10	2.173,68
45	780	3.180.584,98	2.984.685,05	72.792,48	87	356	118.440,06	121.888,74	2.216,40
46	913	3.698.366,24	3.468.658,25	87.802,08	88	314	108.421,84	109.868,36	1.855,32
47	956	3.764.123,02	3.608.281,08	92.359,56	89	245	83.157,57	83.606,49	1.338,48
48	1055	4.118.161,79	3.949.566,52	103.103,16	90	213	70.679,64	72.176,02	1.302,84
49	1051	4.033.132,10	3.896.648,95	103.154,76	91	165	59.275,43	59.275,43	887,64
50	1178	4.236.547,74	4.153.574,84	111.331,32	92	112	37.649,41	37.649,41	562,68
51	1356	4.679.503,63	4.592.110,48	124.426,20	93	69	22.206,57	22.206,57	332,40
52	1574	5.202.860,02	5.135.375,97	141.909,00	94	60	17.796,18	17.796,18	265,44
53	1490	4.701.324,48	4.746.291,27	129.768,24	95	56	16.400,54	16.400,54	244,80
54	1486	4.669.033,73	4.685.063,75	135.973,56	96	29	8.374,95	8.374,95	125,04
55	1514	4.434.333,69	4.515.024,83	130.854,36	97	20	6.584,16	6.584,16	98,88
56	1384	4.063.527,97	4.168.043,72	126.164,04	98	14	3.744,99	3.744,99	55,80
57	1512	4.212.043,11	4.362.206,95	133.862,04	99	5	1.701,90	1.701,90	25,56
58	1557	4.148.517,61	4.317.659,55	136.003,56	100	1	498,80	498,80	7,44
59	1546	3.871.808,42	4.033.506,12	130.983,72	101	4	423,98	423,98	6,24
60	1623	3.545.992,17	3.691.717,57	119.776,92	102	1	32,92	32,92	0,48
61	1612	3.232.817,00	3.389.848,31	110.007,12	103	1	49,88	49,88	0,72
62	1515	2.948.415,21	3.108.187,91	103.728,24					
A transportar	32.504	107.981.865,45	105.120.469,10	2.804.721,96	Total	51.163	125.402.615,65	123.727.293,87	3.381.261,60



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”



**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO
ESTADO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2012

LISBOA

RUA ODETTE SAINT-MAURICE, 3-CK, O-F
CAMPO GRANDE 380
1700-097 LISBOA
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

PORTO

AVENIDA DA BOAVISTA, 1203, 6º
SALA 606
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO (COFRE), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 69.441.789 EUR e um total de fundos patrimoniais de 55.137.412 EUR, incluindo um resultado líquido de 697.438 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do COFRE, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. De acordo com a Nota 12.3 do Anexo às demonstrações financeiras, existem associados com prestações em atraso decorrentes de apoios à habitação proporcionados pelo COFRE, cujo capital em dívida ascende a 4.124 milhares de EUR (3.930 milhares de EUR em 31/12/2011), dos quais 1.184 milhares de EUR respeitam às referidas prestações vencidas (1.119 milhares de EUR em 31/12/2011). Embora existam garantias reais, constituídas pelos próprios imóveis, as repercussões da atual conjuntura económica e financeira no setor imobiliário e a inexistência de avaliações atualizadas não nos permitem avaliar em que medida a realização de tais créditos se encontra totalmente assegurada. Pelas mesmas razões, não se afigura possível avaliar em que medida possam existir perdas por imparidade por reconhecer relativamente às propriedades de investimento detidas pelo COFRE, as quais, de acordo com a Nota 3.1 b) do Anexo, se encontram mensuradas ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do setor não lucrativo.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de abril de 2013



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2012

1. Nos termos da legislação aplicável e da alínea e) do artigo nº 104ª dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

2. O Conselho manteve-se a par da situação financeira do CPFAE durante o referido período, quer através da presença do seu Presidente nas reuniões do Conselho de Administração (CA), quer através da análise dos documentos contabilísticos e de evolução financeira regularmente fornecidos por aquele órgão e, ainda, mediante contactos com os Serviços mais diretamente relacionados com a gestão financeira da Instituição.

3. Sobre o Relatório mencionado em 1., o Conselho considera que descreve com objetividade a evolução da atividade do CPFAE, reflete com rigor a sua situação patrimonial e financeira e, ainda, que as demonstrações financeiras anexas ao mesmo estão conformes com o previsto na legislação aplicável e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidade do Setor Não Lucrativo (ESNL).

4. A diminuição do resultado líquido do exercício em causa relativamente ao do exercício anterior (-53,41%), para a qual concorreu, fundamentalmente, a redução dos rendimentos provenientes de serviços prestados (-14,42%) e o aumento dos gastos relacionados com as rubricas fornecimento de serviços externos e pessoal, respetivamente, 9,81% e 13,16%, foi objeto de especial atenção.

Sem prejuízo de recomendar a continuação da atuação que vem sendo desenvolvida pelo CA, no sentido do equilíbrio financeiro do CPFAE, o Conselho considerou:

a) Justificada a diminuição de serviços prestados devido à impossibilidade de ocupação total da Residência Sénior de Loures, em virtude das obras que tiveram de ser realizadas em benefício dos utentes, à fraca ocupação da Residência Sénior de Vila Fernando (73,19%) por falta de procura, ao encerramento da Unidade de Turismo Rural da Covilhã no último trimestre do ano para obras de beneficiação, bem como às obras que tiveram de ser realizadas no Centro de Lazer do Vau; em relação à Quinta da Covilhã, o Conselho considerou ainda pertinente a referência feita no Relatório apresentado pelo CA quanto ao afastamento de muitos associados devido ao aumento dos combustíveis e à criação de portagens.

b) Justificados os aumentos de gastos com o fornecimento de serviços externos devido, nomeadamente de gás e eletricidade, bem como o aumento de despesas com o pessoal por força do aumento de vencimentos que ocorreu em 2012 e consequentes reflexos no prémio de produtividade e nos encargos referentes à Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

5. Sobre as dívidas dos sócios em situação de contencioso, o Conselho manteve a preocupação já demonstrada relativamente ao exercício de 2011 e recomendou a especial atenção do CA para este assunto, mas reconheceu o esforço que continua a ser feito através do Departamento de Consultoria Jurídica e Recursos Humanos em ordem à cobrança das dívidas em causa, que atingiu, em 2012, 601.494,22€.

Ainda sobre o assunto em análise, o Conselho entendeu recomendar ao CA que considere a reserva efetuada na Certificação Legal de Contas sobre a inexistência de avaliações atualizadas dos imóveis adquiridos através de financiamento por parte do CPFAE e as garantias de realização dos créditos.

6. O Conselho apreciou o empenho do CA na condução das atividades da Instituição e o rigor com que executou o Orçamento aprovado para 2012 e entendeu ainda:

- Registrar com apreço a continuação do esforço do CA quanto à melhoria da orgânica e do funcionamento do CPFAE, bem como da gestão dos recursos humanos;
- Expressar o seu reconhecimento pelo esforço permanente de melhoria das condições destinadas ao bem-estar dos utentes e familiares das Residências Seniores;
- Deixar uma nota de registo pela valorização do património da Instituição traduzida no término das obras dos imóveis destinados a servirem de Residências Universitárias e nas obras efetuadas nas Residências Seniores de Loures e Vila Fernando, bem como nos investimentos feitos no Centro de Lazer do Vau, designadamente a aquisição, em condições excelentes, de terreno para construção de piscinas, campo multiusos e parque infantil.

7. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Atividades e Contas relativas ao exercício de 2012;
- Emita um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma empenhada como tem conduzido a gestão do CPFAE, e em especial ao seu Presidente pela dedicação praticamente exclusiva que tem dedicado à Instituição e pela eficiência com que tem coordenado o órgão a que preside e resolvido os problemas com que esta se defronta no dia a dia.

Lisboa, 16 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

Rufino Valente Martins Silva